

## A DUPLA CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ENQUANTO ELEMENTO DETERMINANTE DA CENTRALIDADE DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Roselaine Navarro B. Silva<sup>1</sup>

*Resumo:* O objetivo deste trabalho é contribuir para a discussão que se trava na academia sobre a existência ou não da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo. A centralidade do trabalho é aqui entendida como: o trabalho enquanto trabalho concreto, criador de valores-de-uso e, portanto, essencial para o indivíduo, haja vista que este lhe confere dignidade e inserção social. Para adentrar na referida discussão, é essencial resgatar o conceito particular que assume o trabalho concreto e o trabalho abstrato, destacando, que o trabalho abstrato nasce sob o capitalismo. Na sequência, parte-se propriamente para a contemporaneidade capitalista e para a análise dos fatos que corroboram diretamente para a discussão sobre a existência ou não da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo.

*Palavras-Chave:* Centralidade do Trabalho, Capitalismo Contemporâneo, Trabalho Concreto, Trabalho Abstrato

*Abstract:* The purpose of this study is to contribute for the discussion occurring in the academy concerning the existence or not of work centrality in the contemporary capitalism. The work centrality is understood here as: as work as a concrete one, a creator of values-of-use, and therefore, essential for the individual, providing him with dignity and social insertion. To initiate this discussion, it is essential to rescue the particular concept attributed to concrete work and to abstract work making evident: the abstract work is born with the capitalism. Then, we go straight to the capitalist contemporaneity, as well as to the analysis of the facts that corroborate directly for the discussion concerning the existence or not of work centrality in the contemporary capitalism.

*Key Words:* Work Centrality, Contemporary Capitalism, Concrete Work, Abstract Work

### 1. Introdução

Discutir o elemento trabalho neste início de século, objetivando a afirmação ou não de sua centralidade para a sociedade capitalista e para os indivíduos de forma particular, é no mínimo uma ousadia. Em um

<sup>1</sup> UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão. - Endereço: Rua Maringá n- 1101, bairro Vila Nova - CEP: 85605-010 - e-mail: roselaibnbs@yahoo.com.br

tempo em que os conceitos e valores de toda a ordem se confundem e são constantemente questionados, negados ou reafirmados, trabalhar a referida questão é colocar-se em posição de risco diante da presença de teorias, não raramente dadas como definitivas, tais como a de Gorz (1987) e Kurz (1997) que atestam a perda de significância do elemento "trabalho" na determinação da historicidade do homem enquanto ser social, amparando-se para isto no fatalismo tecnológico.

Os últimos tempos têm trazido para dentro de nossas vidas um misto de incertezas, perguntas sem respostas, e mesmo de desespero. Todos os dias são exibidos no teatro televisivo de nossas salas de jantar fantásticas de intolerância e insanidade. O que nos é apresentado são exemplos de que o homem, enquanto ser pensante e racional, pode se mostrar como um exemplar do mais cruel e irracional dos animais.

Abrindo-se aqui um parágrafo, justamente em defesa dos animais (os irracionais), há que se destacar que estes matam em função da mera satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência, sendo tal ato justificado, portanto, como algo instintivo e intrínseco à sua natureza. Por outro lado, o animal considerado provido de racionalidade e inteligência, ao cometer atos bárbaros como atentados, guerras e toda a forma de violência, comete-os quase sempre buscando elementos de ordem material que superam desmedidamente as suas reais necessidades para a manutenção da vida.

A violência constante que tem envolvido nossos dias, e quando não invariavelmente nos tem acompanhado no sono, é uma característica forte do século passado e ao que tudo indica promete acompanhar o que segue por um considerável tempo, ainda que desejemos o contrário.

O elemento acima mencionado sempre acompanhou a humanidade, mesmo naqueles atos de caça vivenciados pelos homens enquanto esporte, ou ainda, na luta entre os próprios animais "irracionais" que visam a sua sobrevivência. A cena que se presencia no momento em que o caçador impõe a sua força sobre a caça, é um desenrolar brutal para os olhos mais atentos, mesmo que se saiba que do sucesso da caça pode depender a sobrevivência de uma espécie.

Não se pretende no presente artigo, efetuar um tratado sobre a arte da caça e muito menos fazer uma apologia aos animais "irracionais", ainda que a cada dia, em função dos gestos "irracionais" cometido pelos homens, fique a dúvida sobre qual é de fato o irracional. É importante mencionar que, ainda que a "violência" sempre tenha feito parte da

história da humanidade pelo ato da caça, era um meio necessário, empregado basicamente para garantir a sobrevivência das tribos.

Com o desenvolvimento da humanidade, a saber, da racionalidade humana e dos meios materiais que permitem a sobrevivência dos homens, o que se esperava era evidentemente uma forte redução nos atos de violência cometidos pelos homens, haja vista que a luta pela sobrevivência, a priori, deveria ser mais fácil.

Contrariamente ao que parecia ser o óbvio, ocorre justamente o contrário, observando-se no final do século passado<sup>2</sup> um exemplo claro de tal fato. E para que não se generalize a questão, tão amplamente divulgada com vistas à comoção mundial, há que se dizer da existência de um sem número de conflitos internos nos mais diversos países, de grupos que não aceitam a miséria social presente na atualidade, originadas por políticas públicas dirigidas externamente e que por sua vez ceifam a dignidade e a condição de sobrevivência da “gente pequena”<sup>3</sup>, de guerras entre países que trazem evidentemente mascaradas sob o jargão de intolerância religiosa motivos políticos e econômicos.

Qual a justificativa deste florescimento tão forte do homem para a irracionalidade? Porque ainda que seja fato, que a busca do poder econômico e financeiro envolva meios extremamente pensados e astutos, e que se tenha para tal intento uma gama de “especialistas”, presentes nos governos, organismos internacionais, nas agências dedicadas a medir os “graus” de risco presente nas mais diversas economias e que com suas análises podem alterar as decisões de investimento a estas direcionadas provocando um sem número de efeitos internos. A despeito que todo este efetivo atue munido de sua intelectualidade, a caça do homem pelo homem, segundo os moldes da civilização moderna, não passa de violência, e sem o mérito de se dizer que o motivo é a sobrevivência num mundo de países “globalizado”, onde: “...se, no processo mercantil globalizado, um estado nacional como um todo se converte em “problema social”, este perde o chão sob seus pés. Os mercados financeiros internacionais só fornecem solícitamente acesso ao capital sob condições de mercado, ...” (KURZ, 1997, p. 60)

O elemento trabalho entra na presente discussão justamente por ser ele que distingue o ser humano do restante dos animais. Por ser ele

<sup>2</sup> Atentado de 11 de Setembro no World Trade Center - EUA

<sup>3</sup> Termo utilizado por um Rei Grego ao se referir ao povo, conforme consta na obra Política ( ) de Aristóteles.

elemento que permite ao homem se colocar enquanto tal, já que é o trabalho que faz com que ele se construa e transforme o seu meio social, nas palavras de Marx - Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (1985: 202)

Amparando-se ainda no mencionado autor, é preciso observar que o trabalho é compreendido sob dois âmbitos, um que caracteriza o homem enquanto ser social, que constrói a si e à sua história pelo que se convencionou chamar "trabalho concreto" e, por outro lado, uma nova espécie de trabalho, que nasce sob o modo capitalista de produção, denominado "trabalho abstrato".

O trabalho entendido em sua forma concreta, ou seja, enquanto elemento que permite ao homem satisfazer as suas necessidades reais de manutenção e reprodução da vida, permite a ele se libertar do exercício da violência (entendida enquanto o ato da caça) utilizada pelo homem primitivo, com vistas à satisfação de tais necessidades. É, primordialmente, esta característica civilizadora exercida pelo trabalho sobre o homem, que o torna essencial na sua vida. Estabelecida a importância histórica exercida por ele junto aos indivíduos, é mister trazer à tona a discussão presente na atualidade que atesta a perda da centralidade do trabalho sob o capitalismo contemporâneo.

Por entendermos o trabalho enquanto elemento que distingue o homem das demais espécies é que não podemos aceitar tal parecer, já que aceitá-lo implicaria em negar a própria civilidade humana. E é justamente buscando negar tal posição que esperamos esclarecer que o que está em crise é o sistema capitalista, e dentro dele o elemento trabalho, segundo a própria concepção dada pelo capital ao mesmo, ou seja, o trabalho abstrato.

Para desenvolver a referida discussão é necessário proceder a diferenciação entre o trabalho em sua dupla caracterização, para que se possa a partir de então encaminhar a mencionada discussão. Sigamos adiante nesta empreitada.

### **1.1 A concepção de trabalho concreto e trabalho abstrato**

O trabalho, como já mencionado, é a causa da civilidade do homem. O sentido do trabalho para o homem era o de suprir suas necessidades vitais e a dos indivíduos pelos quais ele fosse porventura res-

ponsável, como seria o caso das tribos primitivas, ou ainda, tal como se dava no período feudal.

Diante disto, há que se considerar que os indivíduos atribuíam aos elementos obtidos pelo trabalho uma valiosa importância, haja vista que destes dependiam suas vidas. Percebe-se, assim, que estes possuíam a conotação de valores-de-uso, revelando a real necessidade dos integrantes de uma dada sociedade com relação aos bens que obtinham por meio do trabalho. Este comportamento será a regra nos períodos anteriores ao capitalismo, em contraposição à insignificância atribuída na contemporaneidade, haja vista a necessidade intrínseca ao capitalismo de despertar o consumo em grandes quantidades, especialmente daqueles bens não efetivamente necessários, fazendo de produtos com a chamada “qualidade total” ..., na maior parte das vezes, o “invólucro, a aparência” ou o aprimoramento do “supérfluo”, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado. (ANTUNES, 2000: 50)

Para fundamentar tal contradição de significâncias, basta que se mencione a dificuldade encontrada pelo capitalismo nascente para disciplinar o trabalhador, haja vista que era extremamente difícil e incompreensível para este, submeter-se a uma extensa jornada de trabalho, sob horários rígidos, quando outrora ele desenvolvia o seu trabalho de maneira particular e independente, em conformidade com as suas necessidades mais básicas, desta forma:

Mesmo as diversas formas de servidão e de obrigações feudais podiam ser vistas como meros acréscimos ao trabalho desenvolvido com funções de subsistência. Tudo isto confluía em uma imagem de autonomia e de dignidade na qual não se podia ajustar o salto à condição de trabalhar de forma constante e regular para outra pessoa, menos ainda deixar-se arrebatar a capacidade de decisão sobre a própria atividade. (ENQUITA, 1989: 34)

Assim, o que se percebe é que o homem, pelo seu trabalho, sempre teve um intuito, a preservação da vida, e para tanto pouco lhe bastava se comparado ao que hoje os indivíduos supõem como necessário. Seja o homem primitivo, preocupado com a sobrevivência da tribo, o antigo, voltado para a riqueza do espírito, ou ainda, o homem do período feudal, empenhado no cumprimento do dever para com seu senhor, to-

dos estavam invariavelmente voltados apenas para a obtenção do necessário. Para tanto, tudo o que eles obtinham por meio da troca feita com a natureza por intermediação do trabalho era repleto de sentido e cheio de valor.

Ao elemento trabalho constituinte do processo acima descrito, Marx chamou trabalho concreto, e ele o é, justamente por corporificar uma necessidade e uma utilidade real, o que evidencia uma atividade repleta de significância. O homem, ao intermediar esse processo junto à natureza, realiza-se enquanto indivíduo social, já que ele mesmo passa a ser responsável pela manutenção da própria vida e da de outros. Ele deixa de apenas fazer parte da natureza e passa a auxiliá-la enquanto "mantenedor da vida".

O advento do capitalismo traz, por sua vez, novos valores e muda a concepção dos indivíduos frente aos elementos que os cercam. A partir de então, uma outra lógica passa a dominar o significado do trabalho executado. Este passa a ser executado meramente no sentido de agregar valor-de-troca aos valores-de-uso produzidos, e a sociedade passa agora a ser regida pela lógica do mercado, da competitividade exacerbada amparada no despertar do indivíduo para o consumo além das necessidades efetivas. O que passa a vigorar é o mandamento da individualidade, onde:

*A apreciação do trabalho como parte integral da vida que devia ser julgada por seus valores materiais e morais intrínsecos cedeu terreno à sua consideração como mero meio de conseguir satisfações extrínsecas. As redes comunitárias de solidariedade, reciprocidade e obrigações mútuas de artesãos e camponeses, e mesmo o rígido código de direitos e obrigações entre o campesinato e a nobreza, foram substituídos pela atomização das relações sociais, pela expansão do individualismo e pela guerra de todos contra todos – guerra econômica mas, caso necessário, também armada. (ENQUITA, 1989: 28)*

Com a sujeição do trabalhador ao capital, o primeiro passa a produzir conforme indicações pré-determinadas pelo segundo, seja no que se refere ao quanto, quando, o quê e como produzir. Desta forma, o trabalhador vê perder-se no tempo aquela ação objetivada com que executava um determinado dispêndio de força física.

Com o parcelamento das tarefas levado a medidas extremas sob o capitalismo, esse caráter objetivado outrora possuído pelo indivíduo no desempenho do seu trabalho perde totalmente a validade. A partir de então, ele produz objetos que não invariavelmente nem consegue visualizar o que seja, considerando-se o fato que esteja manipulando apenas um componente integrante de um todo. O indivíduo perde a noção da utilidade que aquele dado objeto possui para a sociedade, e ao perder esta noção ele perde a noção de significância do seu próprio trabalho.

Ao retirar a significância do trabalho, o capitalismo o transforma em elemento desprovido de sentido, trabalho estranhado. O trabalhador perde a concretude outrora possuída. O homem não é mais capaz de ver no desempenho de seu trabalho uma responsabilidade social, ele não é mais capaz de enxergar-se enquanto integrante de um coletivo social, pois:

“Na concretude do capitalismo... 'tudo é 'reificado' e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo. O indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), quando seu 'corpo inorgânico' - 'natureza trabalhada' e capacidade produtiva externalizada – foi dele alienado. Não tem consciência de um 'ser pertencente a uma espécie' /.../, em outras palavras, um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade. (ANTUNES, 1995: 126)

Ao retirar do indivíduo a concretude do seu trabalho, ao desprovê-lo do seu sentido de utilidade, de ser produtor de valor-de-uso, o capital lhe reíra a capacidade de enxergar-se enquanto agente necessário ao processo produtivo. O capitalismo lhe nega os verdadeiros sentidos do trabalho, justamente por temer a dimensão que tal saber pode ocasionar ao próprio sistema. Assim, é preciso que o trabalhador não tenha alcance de que ainda que o seu trabalho seja parcelizado e individualizado, ele é parte integrante de um todo, ele cumpre uma função social. Sobretudo, é necessário que o indivíduo não descubra a sua importância e não perceba o seu papel, e é para isto que “a dimensão abstrata do trabalho mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. /.../ Mascaram-se as relações sociais existentes entre os trabalhos individuais e o trabalho total, apresentando-as como relações

entre objetos coisificados. (ANTUNES, 1995, p. 127).

Constata-se, perante o exposto, que a diferença entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato está principalmente no sentido social que ele desperta no indivíduo enquanto pertencente a uma dada classe. Por trabalho concreto entende-se além do dispêndio de força física e intelectual, uma responsabilidade social que imprime significância aos esforços despendidos, e que se revela pela capacidade do indivíduo em produzir em sua íntegra um dado valor-de-uso voltado para o atendimento de necessidades efetivas presentes na sociedade. Por outro lado, o trabalho abstrato resume-se apenas ao dispêndio de força física ou intelectual (ou ambas), que retira do trabalhador a responsabilidade e a utilidade social que o trabalho concreto lhe imprimiu, negando-lhe a percepção da sua importância na manutenção da sociedade em que vive, haja vista que o produto do seu trabalho é agora produto parcial, no qual ele não enxerga o valor-de-uso.

Feitas tais distinções caminhemos um pouco mais.

## 1.2 A significância do trabalho para o trabalhador e o capitalista

Para se adentrar no mundo do trabalho, e na discussão que o envolve em nossa contemporaneidade, é necessário que se proceda à sua identificação dentro da perspectiva de classes. É preciso que se identifique a significância do trabalho dentro do sistema capitalista para as duas classes antagônicas nele existentes, ou seja, classe capitalista e classe trabalhadora.

No capitalismo o trabalho assume para o indivíduo que o exerce uma conotação estranhada, fetichizada. Ao mesmo tempo que a venda da força-de-trabalho passa a ser a única alternativa para o indivíduo na manutenção da vida, sob o "mundo de livres escolhas" de Adam Smith, ele aliena-se a si mesmo ao vender algo que lhe era intrínseco, ou seja, sua capacidade de trabalho (entendido enquanto trabalho concreto, dispêndio de força física e intelectual). Ao vender sua capacidade de trabalho ele vende-se a si mesmo já que não é possível separá-la, transformando-se em mercadoria, para o capitalista.

Ao concretizar tal negociação, ele perde a capacidade de visualizar a sua contribuição social no desempenho do seu trabalho. Deixa de perceber a sua utilidade enquanto produtor de valor-de-uso. Com a venda da força-de-trabalho, outros objetivos que não a necessidade social concreta vão permear o seu trabalho, por conseguinte, o dispên-



dio de sua força física e intelectual. Quem dirige agora a finalidade do trabalho não é mais aquele que o exerce, mas aquele que o alienou.

O executor passa assim a viver a contradição do seu trabalho. Ao mesmo tempo que ele é levado a alienar-se a si mesmo para garantir a própria sobrevivência, ele perde o sentido de reconhecimento enquanto ser social, haja vista que não consegue mais visualizar a utilidade concreta do seu trabalho no desempenho da produção e reprodução da vida na sociedade que o engloba. O que lhe resta é apenas a caracterização do trabalho enquanto elemento que lhe permitirá fazer frente a necessidades de consumo, efetivas ou não. É portanto trabalho abstrato, haja vista que ele vende seu esforço físico e mental, suas habilidades, em troca de um quantum monetário.

O capitalista, por sua vez, visualiza no trabalho, ou melhor, na força-de-trabalho, um elemento capaz de agregar valor econômico ao valor-de-uso presente nas mercadorias. O que interessa ao capitalista, é a medida do valor econômico dado pelo trabalho às mercadorias, denominado por Marx de valor-de-troca. O trabalho, a partir do capitalismo, é a medida do valor das mercadorias, ou seja, as mesmas valem exatamente a medida de trabalho socialmente necessário para a reprodução do trabalhador nelas contidas, como atesta já mencionado autor.

Um outro fato a se destacar é a submissão conferida ao valor-de-uso das mercadorias frente ao valor-de-troca, outorgada pelo capitalismo. Sob o referido sistema, o valor-de-uso das mercadorias deve ser considerado apenas enquanto elemento necessário para a concretização do valor no mercado, além do que, existe todo um aparato visual que se encarrega de convencer os indivíduos da "necessidade" de se adquirir um determinado produto. O que importa realmente para o capitalista é o valor de troca.

Não importa ao capitalista o sentimento do trabalhador na execução de sua tarefa sob a égide do capital, com exceção de que ele venha a interferir na quantidade de trabalho excedente extraída. Diante de tal possibilidade, o capital se reveste de meios, para justamente superar tal empecilho. Ao dar ao setor produtivo um caráter ajustável às variações da oferta ele provoca na classe trabalhadora o temor da substituição ou do desemprego. Desta forma: "a flexibilização persegue o objetivo de reforçar a reconstituição do exército de desempregados, e constitui uma tentativa de facilitar a desvalorização da força de trabalho, mediante a atomização da classe operária. (KATZ, 1995: 86-7)

Diante do que foi dito, percebe-se que há um conflito na concep-

ção da significância do trabalho para o trabalhador e para o capitalista. Enquanto o primeiro busca no trabalho a sua realização, enquanto indivíduo responsável por desempenhar algo que seja útil e necessário para a manutenção e a reprodução de uma dada sociedade, o outro entende o trabalho como elemento simplesmente atribuidor de valor monetário a um objeto específico. Tem-se, portanto, a contraposição do coletivo com o individual.

Assumindo que o elemento trabalho tenha para o capitalista a significância de atribuir valor às mercadorias, e ainda, que o trabalho excedente ou trabalho não pago constitui-se na mais valia, no lucro do capitalista, que é o grande soberano do sistema vigente, surge a dicotomia. Como é possível falar em perda da centralidade do trabalho sob o capitalismo contemporâneo ou crise da sociedade do trabalho, quando se tem por concreto que "se o proletariado efetivamente desaparecesse, sucumbiria também o capitalismo com o declínio desta classe, já que, sem operários não há trabalho vivo, mais valia, lucro e consumidores para as mercadorias fabricadas por robôs. (KATZ, 1995, p. 144).

Para que se entenda tal contradição, há que se investigar o próprio desenrolar do capitalismo e as mutações que imprimiu à sociedade, galgando justamente a sua preservação.

### 1.3 Questões do mundo do trabalho

A partir do surgimento do capitalismo enquanto sistema produtor de mercadorias, é fato que este buscou cada vez mais intensificar a extração de maiores quantidades de trabalho excedente dos indivíduos. Este objetivo foi se cumprindo paulatinamente por alterações no processo produtivo de ordem técnica e organizacional. É importante mencionar que as transformações ocorridas no processo produtivo tinham por objetivo, além da maior extração da mais valia, conquistar uma maior sujeição do trabalhador ao capital e, assim, reduzir a dependência deste frente ao trabalhador.

Considerando-se a fragmentação das tarefas e o posterior desenvolvimento tecnológico alcançado pelos elementos materiais que compõem o setor produtivo, é possível constatar que o capital conquistou duplamente o seu intento, já que intensificou sobremaneira a extração do trabalho não-pago e, ainda, transformou o indivíduo em trabalhador parcial, constantemente ameaçado pelo desemprego, seja este apresentado enquanto fator de ordem tecnológica ou econômica. A todo o momento o capital parece estar lhe dizendo, por meio do desem-

prego crescente, da sua "pouca significância".

É justamente esta aparente "insignificância" que está sendo atribuída ao elemento trabalho pelo sistema vigente, e compartilhada por autores como Gorz (1987), Kurz (1997), dentre outros que deve ser esclarecida, já que a negação de tal significância parece encerrar a própria sorte do sistema capitalista. Há que se permear a referida discussão atentando para o todo que envolve a realidade que se apresenta em nossa sociedade, ou seja, há que se permitir enxergar o econômico, o social, o cultural e o político e perceber de que forma estes influenciam a mutação do processo produtivo e distributivo. Do contrário, corre-se o risco de negar ao homem o mérito de agir sobre o meio em que vive e transformá-lo, e desta forma criar condições para escrever a sua própria história.

É preciso correr o risco de errar a aceitar uma explicação técnica e economicista para a suposta "insignificância do trabalho", tão entusiasticamente propalada pelos representantes do capital e mesmo por autores ditos marxistas, como os citados anteriormente, que ao aceitarem tal alternativa aceitam ..., sobretudo, o progresso técnico como principal 'força motriz' da história, deduzindo daí as mutações sócio-político-econômicas e suas conseqüências, desconsidera que as formas de organização do trabalhador coletivo constituem o 'elo decisivo' da transformação do sistema das forças produtivas sob a dominação das relações de produção capitalistas. (BRAGA, 1996: 59)

Para desenvolvermos a discussão, fazemos uma passagem através dos principais momentos vividos pelo sistema capitalista no século XX. Busquemos de início a época do Estado do Bem Estar Social, e as conseqüências que a adoção deste trouxe para a economia capitalista.

É preciso lembrar que o Estado do Bem Estar Social ocorre em um contexto político e econômico (principalmente) de disputa de forças entre duas correntes partidário-ideológicas, que buscavam arregimentar para si o maior número possível de países. O que estava em jogo era a própria manutenção do capitalismo, em contraposição ao socialismo.

Por outro lado, há que se ter em conta, que ademais da busca em impedir o avanço socialista, o Estado do Bem Estar Social vinha em resposta às necessidades do modelo fordista de produção. Possuindo o referido modelo uma capacidade produtiva voltada para atender demandas elevadas, a sociedade consumidora deveria ter condições de efetivar no mercado a realização do valor da produção fordista. Havia que se gerar renda, e foi o que o Estado fez.

O referido período foi de conquistas para as classes trabalhadoras, com aquisições sociais sem precedentes em termos de ganhos salariais e de afirmação dos direitos trabalhistas. Há que se atentar, no entanto, que essas conquistas se realizaram em um momento favorável à classe trabalhadora e extremamente instável para o capital, justamente em função da “ameaça vermelha”.

Tais acontecimentos se passam em um momento em que é necessário ao capital atestar a sua validade enquanto sistema social. Cabe a este mostrar para o conjunto da sociedade que o seu sistema era o único capaz de trazer benefícios conjuntos, ou seja: ganhos sociais e garantias legislativas para o trabalhador, e por outro lado, lucro para o capitalista. Ou seja, “... ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo do capital pudesse ser ‘efetivo, duradouro e definitivamente controlado’, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado.” (ANTUNES, 2000: 38)

Ao Estado cabia, portanto, garantir a efetivação de tais objetivos, como elemento regulador do acordo fictício “firmado” entre capital e trabalho. A realidade política vigente no referido período construiu um suposto ambiente de acordo entre as duas classes antagônicas, permeadas pelo Estado, e que assim acordadas buscariam o desenvolvimento social. O objetivo perseguido era na realidade somente um: a expansão capitalista. O reverso da moeda, ou seja, as conquistas sociais para a classe trabalhadora, era apenas uma carta no jogo. Era preciso ao capital ceder para se consolidar. Ao capitalismo era interessante possuir uma “... sociabilidade fundada no ‘compromisso’ que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais. ‘desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista’.” (ANTUNES, 2000: 38)

O capitalismo conseguiu em um momento de elevação do poder da classe trabalhadora, devido aos motivos já expostos, permear negociações junto à ela, representada na época por sindicatos e partidos de caracterização social democrática, mediadas pelo Estado com sua suposta neutralidade, obter o desarmamento do movimento operário.

A via negociada aberta pelo capitalismo junto aos trabalhadores e permeada ou arbitrada pelo Estado, estava impregnada por interesses majoritários do capital, haja vista que os representantes da classe trabalhadora, ao adotarem o caminho da social democracia, propagaram no interior do movimento operário uma visão conformista no que se refere ao domínio do capital que estava descolada dos interesses da base do

referido movimento, acabando por minar tais aspirações. Disseminou-se entre os próprios trabalhadores "...a idéia de que a conquista do poder do Estado permite, se não a libertação do domínio do capital, pelo menos uma redução de seu peso ..." (ANTUNES, 2000: 39).

Assim, desmontado os interesses da base do movimento operário já seria possível ao capital retornar à sua condição claramente antagonica junto à classe trabalhadora, o que se daria concretamente através de um novo patamar de evolução tecnológica pautado na eletro-eletrônica. O salto tecnológico ocorrido neste período, além de atuar como instrumento de concorrência entre os próprios capitalistas, possibilitando ao capital um aumento na produtividade com economia de trabalho, atua no sentido de passivizar a classe trabalhadora.

O Estado do Bem Estar Social prosseguirá assim até o momento em que encontrará o seu esgotamento na crise de 73, quando será acusado pelo próprio capitalismo, como o responsável pela crise, em função dos mecanismos interventores empregados, especialmente aqueles que exerceram influência sobre o mundo do trabalho, tal como os mecanismos de ordem salarial e seguridade social. Assim a crise é entendida não como um problema de realização do valor de troca das mercadorias na esfera da circulação e sim enquanto um problema inerente ao setor de produção. Segundo esta visão "... a crise poderia ser eliminada pela escolha dos métodos de produção adequados, mudando em função deles o aparelho institucional, muito especialmente no que concerne à regulação das relações capital/trabalho...." (KATZ, 1995: 60)

A crise da década de 70 evidenciava a insustentabilidade de um modelo de produção em massa em um ambiente de acirramento concorrencial e de dificuldades externas. Acima de tudo, um modelo pautado no aumento da lucratividade do capital, que ao mesmo tempo que abria caminho para a concretização de tal intento, por meio do avanço tecnológico, vedava por outro lado a sua capacidade de manutenção, justamente pela ação da lei do valor-trabalho.

Com a evolução tecnológica o capital consegue intensificar cada vez mais o trabalho, intensificando sobremaneira a sua extração. Com a evolução tecnológica, o capital reduz a quantidade de trabalho necessário em cada unidade de mercadoria, ao mesmo tempo que aumenta a quantidade de trabalho excedente ou trabalho não pago, obtido do trabalhador. Ao reduzir a quantidade de trabalho necessário, e levando-se em conta o acirramento da concorrência e a elevação da produtividade em conformidade com os motivos já expostos, os preços das mercadori-

us se reduzem. Neste contexto, a saída para que não se reduza o lucro do capital é reduzir o preço da força de trabalho.

É este justamente o ponto em que se iniciam as complicações no período em questão. Como alterar o valor da força-de-trabalho em um ambiente repleto de regulamentações (que foram acordadas também em atenção às necessidades de manutenção do capital)? Havia que se quebrar tais regulamentações, e para tanto, a crise deveria ser justificada de uma forma que evidenciasse a responsabilidade assumida pelas mesmas na potencialização da referida crise. Era necessário que o capital assegurasse a sua capacidade de crescimento e responsabilizasse elementos alheios a ele pela ocorrência do desemprego crescente e da inversão dos investimentos de caráter produtivo para os de ordem especulativa.

O que se percebe é portanto uma contradição processualmente gestada. Ao capital, por suas próprias características cabe-lhe enquanto classe antagônica assegurar meios que lhe garantam a passivização da classe trabalhadora. Tal intento é obtido pelo desenvolvimento das forças materiais de produção levado a níveis cada vez mais extremados.

Ao mesmo tempo que o capital assegura a submissão do trabalhador por meio da tecnologia, reduzindo assim a necessidade de trabalho vivo no processo produtivo e por outro lado, aumentando o exército industrial de reserva, que atua junto com a tecnologia enquanto instrumento coercitivo, ele gera um segundo efeito que acaba por pressionar a sua própria existência.

Ao assegurar a passivização da classe trabalhadora, o capital produz conjuntamente e automaticamente a extração de maiores quantidades de trabalho não pago dos indivíduos. Por outro lado, ocorre uma redução na quantidade de trabalho contida em cada mercadoria que aliada à propagação da referida tecnologia para o conjunto dos capitalistas gera uma redução dos preços que, por conseguinte, leva o capitalista a buscar uma nova inovação a fim de recompor novamente sua taxa de lucro. Assim, as constantes inovações tecnológicas são armas utilizadas pelo capital a fim "... de se adaptar às condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela através do único método que o capital conhece: a recomposição da taxa de lucros por meio do aumento da mais-valia, ou seja, por meio do aumento da exploração do proletariado. (COGGIOLA, 1995: 125)

Com relação ao setor distributivo, ocorre a luta entre os próprios capitalistas, culminando com as fusões, justamente como estratégia para

garantir a competitividade e preservar a taxa de lucro. Esta, por sua vez vai se revelando insuficiente, dado que a constante transformação sofrida pelo setor produtivo, tanto no âmbito organizacional quanto material, não cessa. Pelo contrário, potencializa a redução do trabalho contido nas mercadorias levando ao aumento na população que compõe o exército industrial de reserva e reduzindo, portanto, a população dos participantes no mercado capitalista enquanto consumidores.

Percebe-se desta forma, que ao direcionar seus ajustes para o setor produtivo, ou seja, ao tentar recompor a taxa de lucro alterando a composição dos participantes no processo de produção, o capitalismo evidencia a sua insustentabilidade.

Ao responsabilizar o Estado do Bem Estar Social e os mecanismos deste como pilares da crise contemporânea, o capital está apenas buscando retirar os obstáculos que lhe impedem de reduzir o valor da força-de-trabalho, na tentativa de recompor a sua taxa de lucro, e portanto, a sua sustentabilidade. No entanto, mesmo quando logra êxito, como se evidencia nas desregulamentações das relações de trabalho ocorridas em nível mundial e promovidas pelas políticas de cunho neoliberal, a recomposição da sua taxa de lucro é limitada no tempo.

Ao se reduzir o preço da força-de-trabalho e conseqüentemente os salários, ao comprimir o número de indivíduos que integram uma categoria de trabalhadores estáveis, ao mesmo tempo em que contribui para o alargamento da força-de-trabalho precarizada, reduz-se a capacidade de realização dos seus produtos no mercado, o que compromete o objetivo almejado pelo próprio capital.

Portanto, ao tomar à classe trabalhadora as garantias obtidas por meio do Estado do Bem Estar Social, ao passivizá-la por meio da coerção tecnológica que se traduz no medo do desemprego, o capital nega à referida classe o seu valor enquanto pilar de sustentabilidade do próprio sistema capitalista, já que ele retira do indivíduo o papel de consumidor. Acrescenta-se aqui o agravante de que, ao exigir o desmonte da estrutura estatal por meio das políticas neoliberais, reduz-se paulatinamente a capacidade do Estado em atuar como fonte última de fornecimento de renda aos indivíduos que expulsos do setor produtivo, perdem a capacidade de consumir.

Há que se observar que, ao gestar tal processo, provoca-se paulatinamente, uma realidade de empobrecimento e de exclusão social das massas, levado a frente sem temor pelos organismos internacionais e pelos próprios governos nacionais, haja vista que o capitalismo não

conta mais com a ameaça do estado socialista a pressionar-lhe e a influenciar-lhe as suas tomadas de decisões.

A despeito da eliminação da mencionada ameaça, o processo de miséria social que se evidencia em nossa contemporaneidade gerou uma potencialização da violência sem precedentes, além do surgimento e da expansão de uma série de movimentos sociais que, a despeito da bandeira que carregam, trazem na essência o questionamento ao atual sistema econômico, diante da sua incapacidade de distribuição de renda.

À marcha dos referidos movimentos, junta-se a cada dia um contingente cada vez maior de desempregados, trabalhadores precarizados, e indivíduos que a despeito de qualquer representatividade de classe podem se colocar de forma antagônica aos resultados sociais advindos da ideologia capitalista. Enfim, de todos os que de alguma maneira foram excluídos ou simplesmente não aceitam o sistema vigente e se colocam decididamente de forma antagônica ao capital, a despeito da afirmada "falecida" luta de classes. Tais articulações são resultados de indivíduos que tomaram consciência de que "... vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho têm estatuto de centralidade. (ANTUNES, 1995: 86)

Resta saber por quanto tempo o capital conseguirá contrapor ao crescimento dessa massa, o número dos trabalhadores convencidos por meio das políticas de gestão e participação, da igualdade dos objetivos perseguidos pelo capital e pelo trabalho. Resta saber quanto tempo demorará essa marcha social parar se organizar, de forma coerente e engajada, para fazer frente às referidas estratégias de desarticulação da mesma impetradas pelo capital, e assim traçar os rumos de uma nova sociedade.

Por hora, há que se reconhecer que o capital tem obtido um relativo sucesso no convencimento da sociedade, de que a causa da crise está no próprio mundo do trabalho, na rigidez salarial e no trabalhador individual em função da ausência de qualificação deles, discurso propagado pela classe capitalista e assumido pelo Estado.

Ao aventar tais fatos, o Estado capitalista busca desviar a atenção da sociedade dos reais motivos da crise, (ele) busca eliminar a possibilidade de que se perceba a insustentabilidade do seu modelo de desigualdade social, ao esconder que todo o processo da crise é gestado na própria busca da expansão da sua taxa de lucro, para o que é necessário anteriormente submeter a classe que lhe é antagônica.



Ao descarregar as causas da crise sobre os ombros da classe trabalhadora, ou ainda, sobre o fatalismo tecnológico (que nada mais é que a expressão da ânsia do capital em submeter a classe trabalhadora com a finalidade de aumentar ou manter a taxa de lucro), afasta-se a ameaça de uma revolta social contra as políticas dirigidas pelo modelo neoliberal, já que enquanto não houver um reconhecimento, ou melhor, um entendimento claro dos reais motivos por parte de todos indivíduos que se colocam contra a miséria social, e dos que são afetados por ela, não há possibilidade de que os movimentos sociais que surgem em abundância em nossa contemporaneidade sejam engrossados por estes novos sujeitos, e componham de forma organizada e unilateral uma estratégia de enfrentamento, cuja finalidade seja a superação deste modelo econômico excludente.

Neste exercício de dispersão de classe almejado pelo capital, a mídia tem atuado como ferramenta de extrema validade. Seja por meio das campanhas de qualificação de mão de obra ou pelo incentivo à participação dos indivíduos de forma solidária na comunidade em que vivem, o objetivo é um só: retirar a responsabilidade das misérias sociais presentes em nossa contemporaneidade de uma política ideológica agressiva e individualista voltada para a exaltação do lucro e de uma dada classe, e atribuí-la ao "acaso da vida" (traduzindo é claro essa casualidade aos elementos acima citados e responsabilizados pelo Estado capitalista como gerador da crise).

Estas argumentações tornam-se perfeitamente visíveis quando em nível nacional nos reportamos à mídia televisiva. Um exemplo desta afirmação são as campanhas promocionais veiculadas diariamente, buscando destacar o empenho governamental no intuito de promover a escolarização do povo brasileiro, ou ainda, a ação da comunidade sobre a escola no sentido de melhorar a sua qualidade. No que diz respeito à primeira, uma delas chega a afirmar que tal iniciativa oferece "oportunidades iguais, para quem a vida deu caminhos diferentes". Constrói-se, portanto, uma afirmação fatalista, sob as condições de desigualdade vividas pelo povo geradas, ao que parece, a-historicamente, eximindo o Estado capitalista de qualquer responsabilidade neste sentido.

Sem eximir a importância e o mérito da participação solidária dos indivíduos nas mais diversas frentes sociais, há que se ter muito cuidado ao aceitar passivamente tais sugestões, principalmente quando são colocadas num contexto em que as políticas de ajuste exigidas por organismos internacionais de países tomadores de empréstimo, como é o

caso do Brasil, exigem o desmonte do Estado enquanto provedor de uma série de direitos sociais.

Torna-se evidente, portanto, a existência de toda uma estrutura ideológica convencionalmente montada a fim de mascarar o que se proclama "crise do trabalho". Tal estrutura deve ser desmontada e analisada em sua totalidade, para que se possa, portanto, perceber efetivamente o motivo real da crise contemporânea.

Para o desmonte de tal fato é que deve convergir as críticas ao modelo vigente, como forma de retirar as vendas hoje presentes nos organismos de representação dos trabalhadores, que tem atuado em comum acordo com o capital, e para levar ao conjunto da sociedade o esclarecimento da verdadeira face da crise, o que possivelmente permitirá a organização dos indivíduos e a superação deste modelo.

Ao se falar em crise da sociedade do trabalho ou perda da centralidade do trabalho, é necessário perceber o fenômeno em sua totalidade, incluindo neste o processo de mutação vivido pelo capital, a fim de fazer frente ao embate de classes que tem vigência sob a sociedade capitalista.

Falar em perda de centralidade do trabalho, em uma sociedade capitalista, é o mesmo que negá-la, pois, na referida sociedade, é sobre o trabalho que está assentado todo o processo de extração de valor, que se converte em mais valia e posteriormente em lucro, quando da realização do valor no mercado. Não há como negar a centralidade do trabalho sem negar o capitalismo, e é este processo que deve ser entendido.

Ao utilizar o aparato tecnológico para aumentar a extração de trabalho excedente, conseqüentemente a obtenção da mais valia, a fim de fazer frente ao acirramento da concorrência, o capital está buscando, por meio da redução da necessidade de trabalho vivo no interior do processo produtivo, promover através do aumento da fileira dos desempregados, o barateamento da força-de-trabalho, o que lhe permitirá recompor a taxa de lucro, dado que a concorrência intercapitalista faz baixar o preço das mercadorias.

O problema é que esse processo é contínuo e, portanto, ao crescer a massa dos excluídos do setor produtivo, ou mesmo os indivíduos em condições de trabalho precarizadas, reduz-se também a capacidade de consumo da população mundial. Esse raciocínio é evidente se pensarmos que a maior concentração de renda está nas mãos de poucos e a grande massa da população concentra uma pequena parte da renda mundial.

A questão é que essa grande massa a que nos referimos é a grande massa consumidora, e se a cada dia os seus integrantes se vêm desprovidos de renda, o seu consumo fica impossibilitado. Portanto, ainda que a mídia empregada na promoção do consumo se esforce cada vez mais para incentivá-lo, o seu alcance tende a ser cada vez mais reduzido. E isso não por uma questão de ineficiência, mas sim por falta de um efetivo de renda que permita a esta massa consumir. Há que se observar que ainda que esse enorme contingente de indivíduos encontre meios alternativos de geração de renda, como forma de suprir suas necessidades básicas, há um limite determinado pela sociedade para a aceitação das evidentes desigualdades sociais. Este limite, será fixado pela compreensão da crise por parte dos indivíduos que se colocam contra a miséria social, é ele que determinará o momento de enfrentamento das classes.

O que está em crise é portanto o sistema capitalista, e dentro dele o trabalho como ele o prioriza, ou seja, o trabalho enquanto mero produtor de valor-de-troca, e não enquanto produtor de valor de uso. O trabalho alienado, desprovido de sentido, trabalho abstrato. De outra forma, há que se reafirmar que enquanto subsistir o capitalismo subsistirá o trabalho em sua forma estranhada e abstrata.

Ao que indica os traços presentes no conjunto da sociedade, avaliar uma crise da sociedade do trabalho, em nossa contemporaneidade sem contemplar a visível elevação da massa de trabalhadores precarizados e desprovidos de quaisquer direitos e garantias, é desconsiderar a lógica do capital, que tem se cumprido justamente por intermédio de tais efetivos, na preservação das taxas de lucro. Aqueles que proclamam o fim do trabalho parecem ter negligenciado as evidências, pois, "... ao contrário, portanto, de se falar em 'fim do trabalho', parece evidente que o capital conseguiu, em escala mundial, ampliar as esferas de assalariamento e de exploração do trabalho, nas várias formas de precarização, subemprego, 'part time' etc. (ANTUNES, 2000, p. 204))

Não há ao capital possibilidade de negar o papel desempenhado pelo trabalho vivo na manutenção do modelo de produção pautado no mercado, e portanto na produção de valores de troca. Não há, portanto, como negá-lo e ao valor que ele transfere ao produto por meio do trabalho alienado, estranhado e abstrato. O trabalho despendido deve ser assim caracterizado, justamente por não significar ao trabalhador um ato de contribuição social, mas por apresentar-se a este simplesmente

como algo que visa atender demandas individualizadas. Esta caracterização rouba ao trabalhador a capacidade de se reconhecer enquanto agente capaz de produzir mudanças qualitativas na sociedade, e o coloca em uma condição de passividade, já que não se reconhece como agente de mudança.

Parece evidente que o que vem ocorrendo no mundo do trabalho é sobretudo uma inversão de ordem quantitativa nas classes que integram o proletariado contemporâneo, incluindo neste, de um lado, todos aqueles que de alguma forma, vendem a sua força de trabalho, tanto no setor produtivo quanto no setor de serviços sob formas precarizadas e de forma temporária ou, ainda, aqueles que expulsos do mercado de trabalho buscam garantir a manutenção da vida por meio de trabalhos autônomos igualmente precários, e de outro lado aquele conjunto de trabalhadores assalariados considerados privilegiados por possuírem uma certa estabilidade, e sendo assim, não raras vezes, acabam sendo convencidos de que devem atuar como colaboradores da empresa capitalista da qual fazem parte, (bandeira da gestão participativa, levantada pelo que alguns chamam pós-fordismo, outros toyotismo, outros acumulação flexível, etc, e que nada mais é que a continuidade de um único processo, com a mesma finalidade) e não como meros integrantes do quadro de pessoal de mesma.

O resultado desta equação é que os integrantes da primeira tem crescido sobremaneira, ao passo que os da segunda têm se reduzido. Este fato é retrato justamente da necessidade constante vivida pelo capital de recompor a sua taxa de lucro, que se confirma na redução do número dos trabalhadores considerados estáveis característicos do duo taylorismo/fordismo, em contraposição aos que passam a ser sujeitos nas diversas formas que a exploração do trabalho tem assumido, onde, na era da empresa flexível "..., a ampliação do trabalho intelectual abstrato no interior das plantas produtivas modernas e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, part-time, terceirizado, desenvolvidos intensamente na 'era da empresa flexível' e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor. (ANTUNES, 2000: 218-19)

Considerando o exposto, ao se falar em crise da sociedade do trabalho ou fim do trabalho, ou ainda perda da centralidade do trabalho, há que se qualificar a que espécie de trabalho está se referindo. Se trabalho abstrato, deve-se ter em conta da impossibilidade de se falar na perda da centralidade deste elemento, sem ao mesmo tempo negar o

sistema que o gerou, ou seja, o capitalismo. Deve-se ratificar, ainda, que dentro do referido sistema, a própria centralidade do elemento em questão é que produz também a perda da mesma. Ou seja, os próprios meios utilizados pelo capital para garantir a sujeição da classe trabalhadora e a sustentação da taxa de lucro, acabam por fornecer a esta o caminho para promover a sua emancipação.

No entanto, ainda que tais fatos estejam sendo produzidos no interior da sociedade contemporânea, o processo de mudança é extremamente lento, e portanto a presente situação de aumento do número de trabalhadores precarizados deve persistir por muito tempo, o que nos permite atestar que mesmo este tipo de trabalho não perdeu a sua validade, ou melhor, a sua centralidade sob o capitalismo contemporâneo. Ratificando mais uma vez que, quando da conclusão de tal fato, o próprio capitalismo terá então cumprido seu ciclo, e passará a fazer parte do passado da humanidade.

No que diz respeito ao trabalho concreto, não há como falar em perda da centralidade deste elemento sob o capitalismo contemporâneo, quando na realidade ele não nasce com o capitalismo. Ao contrário, faz parte da história do surgimento do próprio homem. Nasce com ele e participa da sua emancipação enquanto ser social. O trabalho concreto é o elemento que distingue o homem dos demais animais, é ele que imprime no homem a necessidade de ser útil, de cumprir uma função social, de colocar-se enquanto agente de mudança e provocar melhorias na vida da sociedade.

Ao dispensar um determinado esforço físico, com o intuito de produzir um valor de uso que contribua para satisfazer a necessidade de um componente do meio em que vive, o homem é capaz de perceber a sua contribuição para este meio, e é justamente este fato que o diferencia dos demais animais. Ao exercer um dispêndio de força física que terá como beneficiário do seu ato o meio no qual ele se encontra, o homem é capaz de visualizar em sua mente o objetivo que pretende atingir. É, portanto, capaz de compreender o seu papel e a sua responsabilidade para a preservação do seu grupo social.

O trabalho concreto é sobretudo o elemento que caracteriza a superação pelo homem do mero instinto animal no que se refere à preservação da vida, por meio da satisfação das suas necessidades primárias. É o trabalho concreto que caracteriza a civilidade do homem, pois, do contrário, caso não a tivesse alcançado seria ainda hoje o que foi em seu passado, um selvagem.

Assim, a simples menção ao fim do trabalho parece desprovida de sentido, porque ainda que se elimine o trabalho na sua forma abstrata, ele persistirá na sua forma concreta, a despeito de qual seja o sistema político vigente. Há, portanto, que se refutar as visões determinísticas que propugnam pela perda da centralidade do trabalho, e que assim procedem justamente por não verem os fatos em sua totalidade, ao mesmo tempo em que não conseguem atrelar a história do homem à do próprio trabalho. Tampouco distinguem as diferenças pertinentes ao referido elemento, de um lado, enquanto instigador da humanização do homem, e, do outro, de alienador do mesmo.

### Bibliografia

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2. ed. Campinas: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BRAGA, RUY. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996.
- ENGUIITA, Mariano F. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1989.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital*. São Paulo: Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_, Cláudio. *El desafío crítico a los economistas ortodoxos*. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA – SEP. I COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS. 2., 2001. São Paulo, SP. Anais eletrônicos...São Paulo: FGV, 2001. 1 CD-Rom.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, Vol. I. 10. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1985.
- SADER, Emir. *Século XX uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.